



Seminário reúne servidores, magistrados, advogados e estudantes para discutir ética e o poder normativo da administração pública

As comemorações pelo “Mês do Servidor” na SJES foram abertas no dia 04, com a primeira parte do Seminário “Filosofia & Direito”, apresentando as palestras “Ética do Bem e Ética do Dever”, do professor **Fernando Rodrigues (UFRJ)**, e “O Poder Normativo da Administração Pública”, ministrada pelo diretor do foro, juiz federal **Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha**.

De acordo com o magistrado, “esse seminário veio atender a um pedido dos servidores no ano passado, para que a Seção Judiciária programasse um evento sobre ética” e, por esse motivo, foi incluído na programação do “Mês do Servidor”. Ele também destacou a necessidade de se “repensar o Direito, de forma a atender os ideais de vida boa que devemos seguir”.

Cerca de 80 pessoas, entre servidores, juízes federais e estudantes de Direito participaram deste primeiro dia de seminário, que contou com apoio da Associação dos Juizes Federais e o patrocínio da Caixa Econômica Federal. O gerente-geral da Caixa (PAB Justiça Federal), **José Antônio Borges Alvarenga**, e o gerente de atendimento PF (pessoa física), **Fernando Ribeiro Marchini**, também prestigiaram o evento.

Ao final do evento, os participantes foram convidados para o coquetel de lançamento do livro do juiz federal Ricarlos Almagro (Poder Normativo da Administração Pública - Limites e Controle), que autografou os exemplares adquiridos por vários servidores e convidados.



Expediente suspenso 2ª feira (11) na VF-Colatina e no 3º JEF

O diretor do foro em exercício, juiz federal Alexandre Miguel, editou nesta quinta-feira, 07, as Portarias [Nº ES-POR-2010/01028](#) e [Nº ES-POR-2010/01029](#) suspendendo o expediente no dia 11 de outubro, segunda-feira, na Vara Federal de Colatina e no 3º Juizado Especial Federal, respectivamente.

Ficam prorrogados até o primeiro dia útil subsequente os prazos processuais que vencerem na referida data. As Portarias serão publicadas no Diário Eletrônico da 2ª Região no próprio dia 11.

20 novos servidores tomam posse dia 19

A Seção Judiciária do Espírito Santo receberá para posse coletiva, no dia 19 de outubro, 20 novos servidores. Eles foram nomeados no mês passado pelo presidente do TRF2, desembargador federal Paulo Espírito Santo, em decorrência da nova vara federal capixaba, a ser inaugurada na Serra. São sete analistas judiciários (cinco da área judiciária e dois de execução de mandados), 13 técnicos judiciários sem especialidade e um com especialidade em segurança e transporte.

Para recebê-los, o Núcleo de Gestão de Pessoas (NGP) preparou uma programação especial, no auditório do prédio sede, com o objetivo de passar para os novatos o máximo de informações sobre a Justiça Federal. O evento começará 13

horas, com recebimento e conferência de documentação, perícia médica para os que não fizeram e coleta de digitais. Das 15 às 18h30, estão previstas apresentações da Seção de Comunicação Social, das seções do NGP, do Núcleo de Tecnologia da Informação, da Assejufes, do Sinpojufes, além dos bancos conveniados.

De 20 a 22 de outubro, os novos colegas deverão receber treinamentos sobre o sistema Apolo, autos eletrônicos, práticas cartorárias e SIGA (Sistema Integrado de Gestão Administrativa), visitar varas federais e participar do seminário “Filosofia & Direito”, cuja segunda parte será realizada no dia 21, das 16 às 19 horas.

Juízes Federais substitutos aprovados no XII Concurso tomam posse 5ª feira

Será realizada no dia 14 de outubro, quinta-feira, às 16 horas, no Plenário do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no Rio de Janeiro, a Sessão Solene de Posse dos Juízes Federais Substitutos aprovados no XII Concurso.

Confira a lista de empossandos:

Claudio Girão Barreto

Eduardo Francisco de Souza

Elder Fernandes Luciano

João Batista Martins Prata Braga

Juliana Montenegro Calado

Julio José Araujo Junior

Karina de Oliveira E Silva

Leonardo da Costa Couceiro

Marcos Paulo Secioso de Góes

Michele Menezes da Cunha

Tiago Pereira Macaciel

Valéria Etgeton de Siqueira

Justiça Federal terá logomarca única

A Justiça Federal brasileira terá uma identidade visual única, traduzida em uma nova logomarca, a ser utilizada por todas as instituições que a compõem - Conselho da Justiça Federal (CJF), tribunais regionais federais e respectivas seções judiciárias. Em sessão realizada no dia 27 de setembro último, o Colegiado do CJF decidiu que os cinco TRFs e o próprio CJF terão um prazo de 60 dias para apresentarem propostas de logomarca, que serão submetidas à seleção do Colegiado. As propostas poderão ser elaboradas por qualquer servidor ou magistrado da Justiça Federal, e encaminhadas à Presidência do respectivo tribunal ou à Secretaria-Geral do CJF até o dia 3 de dezembro de 2010.

Na pauta da sessão, os conselheiros examinaram o projeto Identidade Institucional da Justiça Federal, elaborado pela Assessoria de Comunicação Social do CJF. O projeto tem o objetivo de dar início a uma política de comunicação institucional para a Justiça Federal que integre suas instituições em torno de uma só marca e um só nome. Pretende-se, com o projeto, construir uma identidade institucional unificada e sólida, reforçando a credibilidade e a imagem institucional e ampliando a comunicação com os seus diversos públicos.

Durante a sessão, a assessora de Comunicação Social do CJF, Roberta Bastos, apresentou aos conselheiros uma síntese do projeto e quatro sugestões de logomarca, que foram selecionadas pelo Comitê de Planejamento Estratégico da Justiça Federal e pelo Centro de Produção da Justiça Federal, integrado pelas assessorias de comunicação social do CJF, dos TRFs e de suas respectivas seccionais. No entanto, os conselheiros preferiram obter novas propostas, decidindo, portanto, estabelecer o prazo de 60 dias para a sua apresentação.

De acordo com Roberta Bastos, a falta de uma identidade institucional única é fator que contribui para que a imagem da Justiça Federal seja difusa e pouco compreendida. “O Conselho da Justiça Federal, como órgão central da instituição, tem um papel-chave na promoção de uma política de comunicação voltada à afirmação dessa identidade”, justifica. Ela acrescenta que a falta de uniformidade visual é percebida em todos os setores da Justiça Federal. Segundo ela, cada TRF criou sua própria identidade visual - em seus sites na internet e em suas publicações institucionais, por exemplo, os layouts são completamente diferentes.

O autor do trabalho selecionado deverá entregar ao CJF declaração de cessão gratuita dos direitos autorais.

Assessoria de Comunicação Social do CJF

Iluminuras entrevista defensor público sobre a prática do estatuto da criança

No programa Iluminuras desta semana você vai conhecer a obra rara “O dever dos monarchistas: carta ao Almirante Jaceguay”, de Joaquim Nabuco, de 1895.

No Encontro com Autor você vai ver uma entrevista com o defensor público, Gediel Claudino de Araujo Júnior. Ele vem ao programa falar sobre sua obra “Prática no Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Na entrevista, o autor explica porque resolveu escrever sobre o assunto: “O principal passo para os jovens não entrarem na criminalidade, é a educação integral, é a ocupação das sete da manhã às sete da noite”.

Já no Ex-Libris, você vai conhecer a biblioteca pessoal do procurador do Distrito Federal, advogado e professor de Direito Administrativo, Gabriel Campos. Ele é um eterno estudioso, e tem uma coleção de livros sobre o serviço público.

E o Iluminuras mostra ainda alguns dos principais livros jurídicos que acabaram de chegar às livrarias. São eles: “Segurança e Medicina do Trabalho”, da Editora Saraiva; “Lei de Execução Fiscal à Luz da Doutrina e da Jurisprudência”, de Luiz Gustavo Levate e Felipe Caixeta Carvalho, da Editora Fórum; “Tribunal do Júri - Teoria e Prática”, de Walfredo Cunha Campos, da Editora Atlas.

O programa inédito vai ao ar na TV Justiça, quarta-feira, às 22h. Horários alternativos: sábado, às 18h; segunda-feira, às 13h30. O Iluminuras também está no YouTube. Para ver este programa, basta acessar: www.youtube.com/programailuminuras.

Equipe do Iluminuras

Acompanhe os próximos eventos da Emarf

A Escola de Magistratura Federal da 2ª Região (Emarf) promoverá em outubro três novos eventos de capacitação:

- 15/10 – das 9 às 13h – Fórum “O Limite das Prestações no Sistema Público de Saúde”, parte do Curso de Direito Constitucional
- 18/10 – das 14 às 18h – Fórum “A Perícia do Tempo de Serviço Especial e Gestão Inteligente de Processos”, parte do Curso de Gestão da Administração Judiciária
- 22/10 – das 9 às 18h – Programa de Estudos Avançados “A Experiência Brasileira na Aplicação da Convenção da Haia sobre Seqüestro Internacional de Crianças”, Parte do Curso de Direito Internacional e a Justiça Federal

Os eventos serão realizados no Rio de Janeiro, **com transmissão ao vivo por videoconferência para o auditório da Justiça Federal do Espírito Santo** (Rua São Francisco, 52, Cidade Alta, Vitória). Inscrições: pelo módulo do CAE na internet, para magistrados federais, e pelo e-mail nucleoemarf.es@jfes.jus.br ou telefone (27) 3183-5187, para demais interessados.

CNJ assegura acesso pela internet a processo eletrônico

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleceu, na sessão desta terça-feira (05/10), que os tribunais devem divulgar na internet, com amplo acesso à população, os dados básicos de todos os processos em tramitação, incluindo o teor das decisões. Segundo o conselheiro Walter Nunes da Silva Júnior, além do acesso às informações, a divulgação dos dados é uma forma de a Justiça prestar contas à sociedade. A medida será implantada por meio de resolução, aprovada pelos conselheiros durante a sessão.

De acordo com a resolução, os dados básicos são o número, classe e assunto do processo, nome das partes e dos advogados, movimentação processual, e teor das decisões, sentenças, votos e acórdãos, exceto nos casos que tramitam em sigilo de justiça. A limitação vale também para processos criminais e trabalhistas.

A decisão do CNJ procura conciliar os princípios do amplo acesso à informação e da publicidade com a preservação da privacidade das pessoas. Por isso, o acesso aos depoimentos gravados e decupados ficará restrito às partes e aos advogados habilitados nos autos. Entretanto, para não prejudicar o exercício da atividade da advocacia privada, da defensoria e do ministério público, a resolução garante o acesso dessas categorias, desde que os profissionais sejam registrados no sistema de informações do tribunal. (...) Gilson Euzébio

/Agência CNJ de Notícias



1º Seminário da Justiça Federal

FILOSOFIA & DIREITO

04, 21 e 26/10
16h30
Auditório da Justiça Federal (Cidade Alta)

04/10
“Ética do Bem e Ética do Dever”
Fernando Rodrigues (UFRJ)

“O Poder Normativo da Administração Pública”
(com lançamento do livro “Poder Normativo da Administração Pública: Limites e Controle”)
Ricardo Almago (JFES/UUV)

21/10
“Retórica e Direito”
João Maurício Adeodato (UFPE)

“Ética - Desafios Atuais”
Márcio de Paiva (PUC-MG)

26/10
“Fenomenologia, Direito e Técnica”
Aquilino Cortes Guimarães (UFRJ)

VAGAS LIMITADAS
Inscrições gratuitas:
secom@jfes.jus.br